

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Sul S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	10
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
5. CONSUMIDORES E REVENDADORES	20
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	21
7. IMOBILIZADO.....	22
8. INTANGÍVEL.....	23
9. PROVISÕES.....	25
10. FORNECEDORES.....	25
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	26
12. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS.....	26
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	27
14. RECEITA LÍQUIDA	29
15. CUSTOS E DESPESAS	30
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	31
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	34
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	35
20. EVENTO SUBSEQUENTE.....	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Sul S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Cemig Geração Sul S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. Suas atividades operacionais iniciaram em 08 de junho de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$148.147 mil, subscrito e integralizado, dividido em 148.146.505 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$40.235 mil em 2023, em comparação ao resultado de R\$40.921 mil em 2022, uma redução de 1,68%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o Lajida foi de R\$40.028 mil (R\$41.515 mil em 2022). A margem do Lajida foi de 65,45% em 2023 e 67,92% em 2022, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var. %
Resultado líquido	40.235	40.921	12,88
Despesas com IR e CS	3.296	3.817	(13,62)
Resultado financeiro	(4.127)	(3.656)	44,11
Depreciação e amortização	624	433	44,11
LAJIDA	40.028	41.515	(3,58)

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Receita Operacional

A Cemig Geração Sul S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 12/2016 - ME - PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

A Cemig Geração Sul S.A. tem duas receitas reconhecidas em suas demonstrações financeiras, conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida no exercício de 2023 foi de R\$35.310, em comparação a R\$30.430 mil em 2022.

A Cemig Geração Sul S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração - RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$30.932 mil em 2023 (R\$34.349 mil em 2022), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$21.758 mil em 2023 (R\$20.041 mil em 2022). Os custos com energia elétrica totalizaram R\$6.095 em 2023 (R\$4.920 mil em 2022). Essa variação se deve principalmente a redução da efetivação de contratos de compra de energia elétrica para revenda. Os custos de operação totalizaram R\$13.310 mil em 2023 (R\$12.452 mil em 2022). Essa variação se deve principalmente ao aumento com custos com serviços de terceiros. Mais detalhes vide nota explicativa nº 15 destas Demonstrações Financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, a Companhia apurou despesas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$3.298 mil, em relação ao resultado de R\$43.532 mil antes dos efeitos fiscais, representando 7,57% de alíquota efetiva. Comparativamente, em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$3.817 mil, em relação ao resultado de R\$44.738 mil antes dos efeitos fiscais, representando 8,53% de alíquota efetiva.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$40.235 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.012 mil para constituição de reserva legal;
- R\$19.112 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$19.111 mil para constituição de reserva de retenção de lucros, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31-12-2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

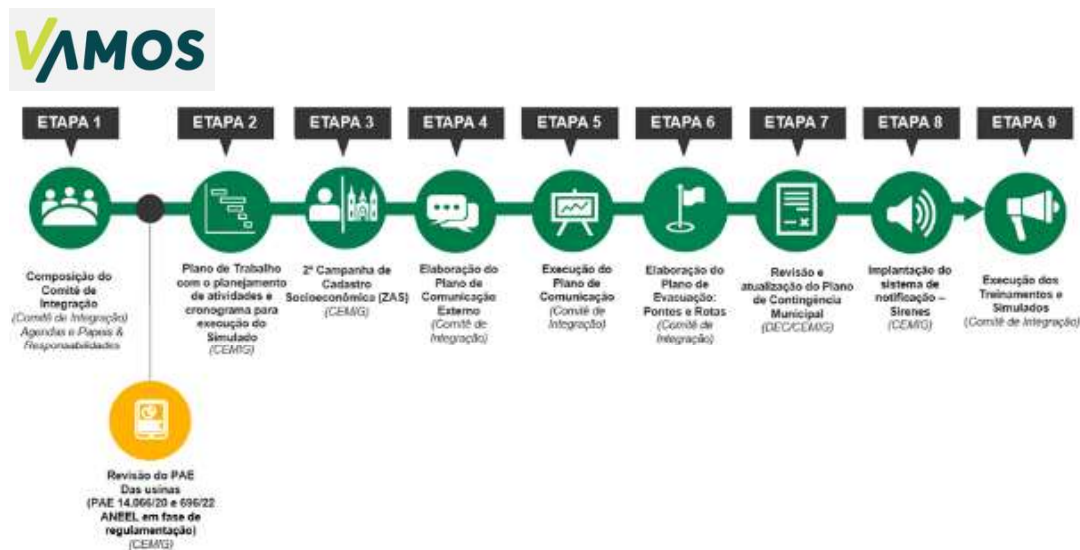
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, assim como ocorrido para as barragens, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 06 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 07 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 07 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 05 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano.
- 08 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti;
- 06 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado e Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de cerca de 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de

água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Sul é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Cemig Geração Sul S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Sul S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.380	6.351
Títulos e valores mobiliários	4	11.468	36.787
Consumidores e revendedores	5	5.501	5.255
Ativo financeiro da concessão	6	23.953	23.124
Tributos compensáveis		319	184
Fundos Vinculados		6	4
Outros ativos		25	32
TOTAL DO CIRCULANTE		46.652	71.737
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	139
Tributos compensáveis		494	843
Outros ativos		148	85
Ativo financeiro da concessão	6	176.690	171.572
Imobilizado	7	52.591	33.767
Intangível	8	2.065	2.116
Direito de uso		352	91
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		232.340	208.613
ATIVO TOTAL		278.992	280.350

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	7.624	7.713
Encargos regulatórios		767	521
Impostos, taxas e contribuições	11	1.598	1.311
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17a	446	506
Dividendos a pagar	13	28.830	19.438
Convênio de compartilhamento	18	578	576
Passivo de arrendamento		96	20
Outras obrigações		2	4
TOTAL DO CIRCULANTE		39.941	30.089
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios		289	325
Impostos, taxas e contribuições	11	1.521	1.281
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17b	1.409	1.410
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	12	19	14.841
Passivo de arrendamento		274	78
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.512	17.935
TOTAL DO PASSIVO		43.453	48.024
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	13		
Capital social		148.147	148.147
Reserva de lucros		87.392	84.179
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		235.539	232.326
PASSIVO TOTAL		278.992	280.350

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	14	61.162	61.123
CUSTOS	15		
Custos com energia elétrica		(6.095)	(4.920)
Custos de operação		(13.843)	(12.452)
		(19.938)	(17.372)
LUCRO BRUTO		41.224	43.751
DESPESAS	15		
Despesas Gerais e Administrativas		(54)	(2.419)
Outras Despesas Líquidas		(1.766)	(250)
		(1.820)	(2.669)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e tributos sobre o lucro		39.404	41.082
Receitas Financeiras	16	4.275	5.426
Despesas Financeiras	16	(148)	(1.770)
		4.127	3.656
Resultado Antes dos tributos sobre o Lucro		43.531	44.738
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	17c	(3.298)	(3.016)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17c	2	(801)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		40.235	40.921

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	40.235	40.921
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	40.235	40.921

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	148.147	10.374	52.322	-	210.843
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	40.921	40.921
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	2.046	-	(2.046)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(19.438)	(19.438)
Dividendos adicionais	-	-	1.023	(1.023)	-
Reservas de retenção de lucros	-	-	18.414	(18.414)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	148.147	12.420	71.759	-	232.326
Aprovação de dividendos adicionais propostos 2022	-	-	(17.911)	-	(17.911)
Resultado do Exercício	-	-	-	40.235	40.235
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	2.012	-	(2.012)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(19.111)	(19.111)
Reservas de retenção de lucros	-	-	19.111	(19.111)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	148.147	14.432	72.960	-	235.539

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	40.235	40.921
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 17)	3.296	3.817
Atualização Monetária Bonificação de Outorga (Nota 6)	(30.932)	(34.349)
Depreciação (Nota 15)	549	255
Amortização direito de uso (Nota 15)	75	89
Juros Passivo de Arrendamento (Nota 16)	29	16
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 12)	(14.718)	-
Variações monetárias (Nota 16)	(105)	1.630
Juros e variações monetárias	(3.915)	(4.929)
	(5.486)	7.450
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores (Nota 5)	(246)	82
Ativo Financeiro da Concessão recebidos (Nota 6)	24.985	23.289
Tributos Compensáveis	(737)	(204)
Outros Créditos	(392)	(85)
	23.610	23.082
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 9)	(89)	5.583
Impostos, Taxas e Contribuições	527	1.165
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-	(964)
Encargos Regulatórios	210	226
Convênio de compartilhamento (Nota 18)	2	222
Outras Obrigações	409	(61)
	1.059	6.171
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	19.183	36.703
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(2.405)	(1.915)
Juros Recebidos	3.581	3.192
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20.359	37.980
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(32.128)	(46.615)
Resgates em Títulos e Valores Mobiliários	57.920	41.363
Fundos Vinculados	(2)	(4)
Em Imobilizado (Nota 7)	(19.305)	(23.486)
Em Intangível (Nota 8)	(17)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	6.468	(28.742)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(27.629)	(4.000)
Arrendamentos pagos	(169)	(102)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(27.798)	(4.102)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(971)	5.136
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	6.351	1.215
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	5.380	6.351

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Sul S.A (“Companhia”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190 - 131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.841/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau da Cemig GT para a Cemig Geração Sul S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 12/2016 – MME e Contrato de Concessão nº 13/2016 – MME, ocorrida em 08 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, por meio da Receita Anual de Geração - RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.225, de 18/07/2023. Em 2023, cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os novos prazos das concessões da Companhia.

Usina	Novo fim da concessão
Coronel Domiciano	04/2047
Joasal	01/2053
Marmelos	01/2053
Paciencia	01/2053
Piau	01/2053

Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 03 de maio de 2024.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurado pelo seu valor justo e pelo seu valor justo menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 8 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 14 - Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 19 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.5. Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações do CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia adotou as alterações do CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis e manteve a apresentação, nas demonstrações financeiras, apenas das que foram julgadas como materiais.
CPC 32 – Imposto sobre o Rendimento	A Companhia adotou as alterações do CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais do CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.8. Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir do quarto trimestre de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

2.9 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Contas bancárias	53	46
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	103	105
Overnight	5.224	6.200
TOTAL	5.380	6.351

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (99% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas

notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas** (overnight) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 11,42% a.a. a 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	1.095	4.039
Letras Financeiras Bancos - LFs	7.068	24.057
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	3.187	8.480
Debêntures	118	211
	11.468	36.787
Não circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	-	-
Debêntures	-	139
	-	139
	11.468	36.926

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, de 103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022) conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos** (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,3% a 110,26% em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro** (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% a.a. a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a.a. a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (TR + 1% a 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer		Saldos vencidos			Total 2023
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	91 até 360 dias	Mais de 361 dias	
Fornecimento industrial	-	366	-	785	-	1.151
Suprimento a outras concessionárias	-	4.330	7	-	-	4.337
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	13	-	-	-	-	13
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	-	-
Total	13	4.696	7	785	-	5.501

Classe de consumidor	Saldos a vencer		Saldos vencidos			Total 2022
	faturado	Não faturado	Até 90 dias	91 até 360 dias	Mais de 361 dias	
Fornecimento industrial	-	564	-	-	-	564
Suprimento a outras concessionárias	-	4.185	-	-	-	4.185
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	69	437	-	-	506
Total	-	4.818	437	-	-	5.255

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19.

Políticas contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas as PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau para a Cemig Geração Sul - S.A., Sociedades de Propósitos Específicos - SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelo prazo de 30 anos. Para os exercícios de 2023 e 2022, a energia foi comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no ACL.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	194.696	183.636
Recebimentos	(24.985)	(23.289)
Atualização financeira da bonificação pela outorga	30.932	34.349
Saldo final	200.643	194.696
Circulante	23.953	23.124
Não circulante	176.690	171.572

Políticas contábil

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A política contábil da Companhia em relação à redução ao valor recuperável se encontra na nota explicativa 2.5.

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de deprec. (%)	2023			2022		
		Custo	Deprec. acumulada	Valor líquido	Custo	Deprec. acumulada	Valor líquido
Em serviço	3,79	13.198	(1.202)	11.996	9.263	(721)	8.542
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,74	438	(45)	393	271	(35)	236
Reservatórios, Barragens e Aduoras	3,14	3.336	(349)	2.987	3.336	(243)	3.093
Máquinas e equipamentos	4,04	9.424	(808)	8.616	5.656	(443)	5.213
Em curso		40.595		40.595	25.225	-	25.225
Total		53.793	(1.202)	52.591	34.488	(721)	33.767

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Transferências (B)	Adições líquidas = (A) + (B)	Valor bruto em 31/12/2023	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço	9.263	-	3.935	3.395	13.198	(1.202)	11.996
Obras civis, benfeitorias e edificações	271	-	167	167	438	(45)	393
Reservatórios, Barragens e Aduoras	3.336	-	-	-	3.336	(349)	2.987
Máquinas e equipamentos	5.656	-	3.768	3.768	9.424	(808)	8.616
Em curso	25.225	19.305	(3.935)	15.370	40.595	-	40.595
Total	34.488	19.305	-	19.305	53.793	(1.202)	52.591

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) + (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	5.576	-	3.686	3.686	9.263	(721)	8.542
Obras civis, benfeitorias e edificações	271	-	-	-	271	(35)	236
Reservatórios, Barragens e Aduoras	3.193	-	142	142	3.336	(243)	3.093
Máquinas e equipamentos	2.112	-	3.544	3.544	5.656	(443)	5.213
Em curso	5.425	23.487	(3.686)	19.800	25.225	-	25.225
Total	11.001	23.487	-	23.486	34.488	(721)	33.767

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2023, a taxa média de depreciação anual foi de 3,52% (3,40% em 2022).

Políticas contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações, ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

8. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização (%)	2023			2022		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço		2.118	173	1.943	2.118	(105)	2.013
Ativos da concessão – GSF	3,14%	2.107	165	1.941	2.107	(99)	2.008
Custo Histórico	15%	10	8	2	11	(6)	5
Em curso		120	-	120	103	-	103
Total		2.238	173	2.065	2.221	(105)	2.116

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Adições líquidas = (A) - (B)	Valor bruto em 31/12/2023	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço	2.118	-	-	2.118	2.118	(174)	1.943
Custo Histórico	11	-	-	11	11	(165)	1.941
Ativos da concessão - GSF	2.107	-	-	2.107	2.107	(8)	2
Em curso	103	17	-	120	120	-	120
Total	2.221	17	-	2.238	2.238	(173)	2.065

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Adições líquidas = (A) - (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	2.118	-	-	-	2.118	(105)	2.013
Custo Histórico	11	-	-	-	11	(6)	5
Ativos da concessão - GSF	2.107	-	-	-	2.107	(99)	2.008
Em curso	-	103	-	-	103	-	103
Total	2.118	103	-	-	2.221	(105)	2.116

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível - Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig Geração Sul	2.107			
Coronel Domiciano	36	03/07/2046	282	11/04/2047
Joasal	450	05/01/2046	2.555	03/01/2053
Marmelos	239	05/01/2046	2.555	03/01/2053
Paciencia	205	05/01/2046	2.555	03/01/2053
Piau	1.177	05/01/2046	2.555	03/01/2053

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas, líquidas”.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela

Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

9. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ações de natureza ambiental, no montante de R\$16 (R\$14 em 31 de dezembro de 2022) e de natureza tributária, no montante de R\$19 (R\$19 em 31 de dezembro de 2022), ambas com expectativa de perda são consideradas possíveis. Adicionalmente, em 2023 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da Companhia.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

10. FORNECEDORES

	2023	2022
Suprimento e transporte de energia	50	-
Materiais e serviços	7.074	7.490
Encargos de uso da rede	500	223
TOTAL	7.624	7.713

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 19.

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
Circulante		
ICMS	86	-
Cofins	95	136
PIS/Pasep	69	30
INSS	758	650
ISSQN	537	364
Outros	53	131
	1.598	1.311
Não circulante		
COFINS	1.250	1.053
PIS/PASEP	271	228
	1.521	1.281
TOTAL	3.119	2.592

12. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 a 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos Pis/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo 3,65% a alíquota devida), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior.

A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R\$12.652 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária.

Em fevereiro de 2023, conforme despacho nº 495 da ANEEL, que determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE o recálculo e a recontabilização dos valores informados dos Valores de Impostos e Contribuições – VIC a serem pagos pelas distribuidoras cotistas no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2022, referentes às Usinas Hidrelétricas – UHEs da Companhia, conforme Nota Técnica nº 171/2022, emitida pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, devendo os valores serem atualizados monetariamente pela CCEE pelo último Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA disponível até a data da recontabilização dos valores.

Assim, em 2023, a Companhia efetuou a restituição às concessionárias por meio de uma redução nas faturas emitidas, o que gerou um faturamento subavaliado. A recomposição desse faturamento foi realizada em contrapartida à provisão que havia sido constituída. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$19 (R\$14.841 em 31 de dezembro de 2022).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$148.147, subscrito e integralizado, dividido em 148.146.505 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

b) Reservas

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2023	2022
Reserva legal	14.432	12.420
Reserva de retenção de lucros	72.960	71.759
	87.392	84.179

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.012 de reserva legal em 2023, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação (R\$2.046 em 2022).

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2023	2022
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	40.235	40.921
Reserva legal constituída	(2.012)	(2.046)
	<u>38.223</u>	<u>38.875</u>
Dividendo obrigatório - 50%	19.112	19.438
Reserva de retenção de lucros	19.111	18.414
Dividendos propostos		
Dividendos obrigatórios	19.112	19.438
Dividendos adicionais propostos	-	1.023
Total dos dividendos	<u>19.112</u>	<u>20.461</u>

d) Destinação do Resultado - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$40.235 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.012 mil para constituição de reserva legal;
- R\$19.112 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$19.111 mil para constituição de reserva de retenção de lucros, a serem pagos como dividendos adicionais assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

Referente aos valores de dividendos mínimos obrigatórios do Lucro Líquido de 2022 não pagos integralmente em 2023, em 07/12/2023, ocorreu a AGE com aprovação do pagamento da metade do valor dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no ano de 2023, e postergação da data de pagamento da metade restante para até 31/12/24, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria, no valor de R\$9.719 mil.

Os dividendos foram pagos em 21/12/23 e os registros contábeis foram corretamente realizados no sistema transacional.

e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.438
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	(9.718)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	19.112
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.830

f) Pagamento dos dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	9.718
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2021	17.911
	27.629

14. RECEITA LÍQUIDA

	2023	2022
Fornecimento Industrial	8.193	-
Fornecimento não Faturado Industrial	366	-
Transações com Energia na CCEE	328	2.566
Suprimento Cotas - Geração Própria	36.538	48.107
Suprimento Comercial - Geração própria	565	2.788
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria	(413)	477
Realização Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga	(24.985)	(23.289)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 12)	14.718	(219)
Fornecimento bruto de energia elétrica (b)	35.310	30.430
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	30.932	34.349
Tributos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (a)	(5.080)	(3.656)
	61.162	61.123

(a) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2023	2022
Tributos sobre a receita		
ICMS	1.591	128
COFINS	1.794	1.940
PIS-PASEP	437	420
	3.822	2.488
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	140	172
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	186	200
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	93	100
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	102	7
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	691	660
CDE sobre P&D	46	29
	1.258	1.168
	5.080	3.656

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

b) Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento

de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

c) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da bonificação pela outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 6 destas Demonstrações Financeiras.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

15. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica

	2023	2022
Energia de curto prazo	701	15
Contratos bilaterais	-	185
Encargos de distribuição (1)	5.394	4.720
Total	6.095	4.920

(1) **Encargos de distribuição** referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

b) Custos e despesas

	Custos de Operação		Despesas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	915	-	54	1.085	969	1.085
Aluguéis e arrendamentos	-	-	60	67	60	67
Depreciação e Amortização	549	344	75	89	624	433
Materiais	517	921	-	-	517	921
Serviços de Terceiros (c)	11.855	11.187	1.429	1.334	13.284	12.521
Outras despesas	7	-	202	94	209	94
TOTAL	13.843	12.452	1.820	2.669	15.663	15.121

c) Serviços de terceiros

	2023	2022
Manutenção, Conservação e Instalação	6.888	6.912
Convênio de compartilhamento – O&M	3.708	3.518
Conservação e Limpeza de Prédios	389	8
Meio Ambiente	1.205	581
Tecnologia da Informação	218	210
Auditoria Externa	34	44

Vigilância	100	30
Outros	742	1.218
TOTAL	13.284	12.521

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	4.070	5.224
Variações monetárias - restituição a concessionárias	105	
Multa de mora	37	136
Outras	63	66
	4.275	5.426
Despesas financeiras		
Variações monetárias - restituição a concessionárias	-	(62)
Juros passivo de arrendamento	(29)	(16)
Variações monetárias	(92)	(1.630)
Outras	(27)	(62)
	(148)	(1.770)
RESULTADO FINANCEIRO	4.127	3.656

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2023	2022
Circulante		
Imposto de renda	220	216
Contribuição social	226	290
Total	446	506

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Não circulante		
Imposto de renda	929	975
Contribuição social	480	435
TOTAL	1.409	1.410

c) Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	45.671	45.671
ICMS ST	(116)	(116)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	3.644	5.467
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	5.614	5.614
Outras Receitas Financeiras	61	61
Base de Cálculo Lucro Presumido	9.319	11.141
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	1.398	1.003
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	908	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	2.306	1.003
Acerto ECF	(8)	(3)
Rendas de aplicações	(4.070)	(4.070)
Rendas de aplicações resgatadas	5.614	5.614
Rendas de aplicações não resgatadas	(1.544)	(1.544)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(386)	(139)
Receita por competência diferida	5.853	5.853
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	468	702
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	117	63
Suprimento não faturado cotas	11.196	11.196
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	896	1.344
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Suprimento Não Faturado	224	121
Amortização Custo GSF Diferido	(66)	(66)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(5)	(8)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(1)	(1)
Corrente	2.298	1.000
Diferido	(46)	(44)

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento bruto de energia elétrica	53.095	53.095
Percentual de presunção	8%	12%
	<u>4.248</u>	<u>6.371</u>
Receita financeira s/resgate efetivo aplicação	3.931	3.931
Outras receitas financeiras	201	201
Base de cálculo - Lucro presumido	8.380	10.503
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro presumido	1.257	945
Adicional 10% valor superior a R\$240	814	-
IR e CS - Lucro presumido	2.071	945
Rendas de aplicações não resgatadas	1.293	1.293
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento de rendas	323	116
Receita por competência diferida	11.684	11.684
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	935	1.402
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento de receita por competência	234	126
Amortização custos GSF	66	66
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	5	8
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento de custos GSF	1	1
Resultado IR e CS	2.629	1.188
Corrente	2.071	945
Diferido	558	243

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Operações com energia elétrica								
Cemig Distribuição	350	343	-	-	3.008	3.956	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Encargos								
Encargos de transmissão								
Cemig Distribuição	-	-	410	223	-	-	(4.432)	(3.868)

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(413)	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	413	411	-	-	(695)	(1.297)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.033	279	-	-	(4.688)	(4.080)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	28.830	19.428	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$28.830. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 13.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	5.224	6.200	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	11.468	36.787	-	-	486	2.027	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	139	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	49	64
Participação nos resultados	12	16
Previdência privada	5	4
Planos de saúde e odontológico	-	1
Total (1)	66	85

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e revendedores		5.501	5.501	5.255	5.255
Títulos e valores mobiliários		-	-	5.074	5.074
Ativos financeiros da concessão		200.643	200.643	194.696	194.696
Fundos vinculados		6	6	4	4
		<u>206.150</u>	<u>206.150</u>	<u>205.029</u>	<u>205.029</u>
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	5.327	5.327	6.305	6.305
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	1	1.095	1.095	4.039	4.039
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	7.068	7.068	19.122	19.122
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	3.187	3.187	8.480	8.480
Debêntures	2	118	118	211	211
		<u>16.795</u>	<u>16.795</u>	<u>38.157</u>	<u>38.157</u>
		<u>222.945</u>	<u>222.945</u>	<u>243.186</u>	<u>243.186</u>
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(7.624)	(7.624)	(7.713)	(7.713)
Arrendamentos		(370)	(370)	(98)	(98)
		<u>(7.994)</u>	<u>(7.994)</u>	<u>(7.811)</u>	<u>(7.811)</u>

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em

avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	7.574	50	-	-	-	7.624
Passivo de arrendamento (*)	8	8	92	299	212	619
TOTAL	7.582	58	92	299	212	8.243

(*) Informações apresentadas em valor nominal.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas Usinas de Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia; e

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como as indenizações a receber dos ativos de geração.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

20. EVENTO SUBSEQUENTE

Transferência onerosa de 4 PCH/UHES

Em 1 de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia de 4 PCHs/UHES, sendo uma da Cemig GT (controladora da Companhia), uma da Companhia e outras duas de outras empresas do grupo Cemig, conforme abaixo:

Empresa/Usina	Tipo	Início da operação	Potência instalada (MW) ¹	Garantia física (MWm) ¹	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig GT							
PCH Machado Mineiro	Autorização	1992	1,7	1,1	Maio, 2027	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Leste							
UHE Sinceridade	Concessão	1963	1,4	0,4	Março, 2047	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Sul							
UHE Marmelos	Concessão	1915	4	2,7	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Oeste							
UHE Martins	Concessão	1950	7,7	1,8	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Total			14,8	6,0			

O valor mínimo para o lote único das usinas é de R\$29,1 milhões, com previsão para realização do leilão em 3 de julho de 2024.

A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico do grupo Cemig, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a melhor alocação de capital.

Em 01 de abril de 2024, a Cemig publicou edital para realização de leilão público presencial, visando à Transferência Onerosa do Direito de Exploração dos Serviços de Geração de Energia Elétrica de 04 PCH/UHes, sendo 01 PCH da Cemig GT e 03 UHes de suas subsidiárias integrais: Cemig Geração Leste S.A., Cemig Geração Oeste S.A. e Cemig Geração Sul S.A.. O valor mínimo para o lote único das usinas é de R\$ 29,1 milhões, com previsão para realização do leilão em 03 de julho de 2024.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC: 1SP-242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Sul S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 03 de junho de 2024.

Douglas Augusto Oliveira Cabido, Conselheiro

Paulo César Teodoro Bechtluft, Conselheiro

Ronald Gastão Andrade Reis, Conselheiro